CASA DO POVO AMEIXIAL

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

Índice

Índice ii
Balanço 4
Demonstração dos Resultados por Naturezas 5
1. Identificação da Entidade 6
1.1. Designação da entidade 6
1.2. Sede 6
1.3. Natureza da Atividade 6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 7
3. Principais Políticas Contabilísticas 7
3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras 7
3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis 7
3.1.2. Ativos Intangíveis 8
3.1.3. Locações 8
3.1.4. Custo de empréstimos obtidos 9
3.1.5. Inventários 9
3.1.6. Rédito 9
3.1.7. Subsídios e Outros Apoios 10
3.1.8. Imposto sobre o rendimento 11
3.1.9. Instrumentos Financeiros 12
3.1.10. Fundos Patrimoniais 12
3.1.11. Benefícios dos empregados 13
3.2. Outras Politicas Contabilísticas 13
3.3. Principais Pressupostos relativos ao futuro 13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 14
5. Ativos Fixos Tangíveis 14
6. Ativos Intangíveis 15
7. Investimentos Financeiros 16
8. Locações 16
9. Custos de Empréstimos Obtidos 16
10. Inventários 17
11. Rédito 17
12. Subsídios e Outros Apoios 18

13. Instrumentos Financeiros 19
13.1. Clientes e Utentes 19
13.2. Estado e Outros Entes Públicos 19
13.3. Outras Contas a Receber 19
13.4. Diferimentos 20
13.5. Outros Ativos Financeiros 20
13.6. Caixa e Depósitos Bancários 20
13.7. Fundos Patrimoniais 20
13.8. Fornecedores 21
13.9. Estado e outros entes públicos 21
13.10. Diferimentos Passivos 21
13.11. Outras contas a pagar 22
13.12. Subsídios, doações e legados à exploração 22
13.13. Fornecimentos e serviços externos 23
13.14. Outros rendimentos e ganhos 23
13.15. Outros gastos e perdas 24
13.16. Resultados Financeiros 24
14. Benefícios dos empregados 25
15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 26

Balanço

CASA DO POVO DO AMEIXIAL

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	Datas 31/dez/22	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5)	1 157 377,59	1 173 493,08
Bens do património histórico e cultural		0,00	
Propriedades de investimento		0,00	
Ativos intangíveis	6)	0,00	0,00
Investimentos financeiros	7)	9 804,38	8 125,03
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	
Subtotal		1 167 181,97	1 181 618,11
Ativo corrente			
Inventários	10)	2 357,47	1 045,92
Clientes	13.1)	18 999,72	20 169,23
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros Entes Públicos	13.2)	4,73	3,16
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	13.3)	11 954,56	3 897,94
Diferimentos	13.4)	189,36	0,00
Outros activos financeiros	13.5)	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	13.6)	92 849,27	94 398,08
Subtotal		126 355,11	119 514,33
Total do Ativo		1 293 537,08	1 301 132,44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7)	153,65	153,65
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.7)	161 567,86	181 655,50
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	13.7)	1 082 316,32	1 093 922,32
Resultado Líquido do período		-15 148,25	-20 087,64
Total do fundo do capital		1 228 889,58	1 255 643,83
Passivo		0,00	0,00
Passivo não corrente		0,00	0,00
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	13.11)	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13.8)	19 424,54	18 573,15
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros Entes Públicos	13.9)	8 677,89	5 814,30
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	9)	0,00	0,00
Diferimentos	13.10)	1 322,47	0,00
Outras contas a pagar	13.11)	35 222,60	21 101,16
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		64 647,50	45 488,61
Total do passivo		64 647,50	45 488,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 293 537,08	1 301 132,44

O Contabilista Certificado

O PRESIDENTE

Casa do Povo de Ameixial
Ameixial 8100 - 050 Ameixial
NIF: 500 954 810

Demonstração dos Resultados por Naturezas

CASA DO POVO DO AMEIXIAL

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	11)	272 045,72	234 747,73
Subsídios, doações e legados à exploração	12)	213 800,58	219 386,73
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10)	-52 422,49	-43 768,92
Fornecimentos e serviços externos	13.13)	-112 514,97	-105 897,90
Gastos com o pessoal	14)	-315 217,17	-293 805,50
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13.14)	40 791,91	42 367,27
Outros gastos e perdas	13.15)	-19 200,94	-27 047,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27 282,64	25 982,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5)	-42 430,89	-46 071,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-15 148,25	-20 089,34
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-15 148,25	-20 089,34
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-15 148,25	-20 089,34

O Contabilista Certificado

O PRESIDENTE

Casa do Povo de Ameixial
Ameixial 8100 - 050 Ameixial
NIF: 500 954 810

1. Identificação da Entidade

1.1. Designação da entidade

Caso do Povo de Ameixial

1.2. Sede

Ameixial

8100 - 050 Ameixial

1.3. Natureza da Atividade

A Casa do Povo de Ameixial é equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção Geral de Acão Social, NIF 500 954 810. Tem como objetivos a promoção social, cultural da população da Freguesia do Ameixial, desenvolvendo a sua atividade prioritariamente no âmbito do acompanhamento social promovendo e apoiando o bem-estar da população, para a prossecução dos seus fins, leva a cabo as seguintes atividades:

1. Criação, gestão, manutenção de equipamento social destinado à proteção da terceira idade;

Para o ano de 2022 a Instituição deu seguimento às atividades que tem vindo a desenvolver ao longo da sua existência, nomeadamente:

a) Serviços no Lar de Idosos;
b) Serviços de Apoio;
c) Nível sociocultural: realização de festa de Natal direcionada a todos os idosos da freguesia;
d) Outras atividades: ao longo dos anos a instituição tem levado a efeito vários festejos de cariz popular, designadamente: a Festa de Verão
e) Eventos realizados em parceria com outras coletividades da freguesia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras anexas foram as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro:

3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzindo das correspondentes depreciações.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzindo das correspondentes depreciações.

Casa do Povo de Ameixial
Ameixial 8100 - 050 Ameixial
NIF: 500 954 810

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimada para cada grupo de bens, as depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, As amortizações do exercício foram calculadas com base nas taxas constantes no Dec. Lei Nº 78/89 de 3 de Março.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas "Outros rendimentos ou ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os *"Ativos Intangíveis"* encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.1.3. Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.1.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.1.4. Custo de empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

3.1.5. Inventários

Mercadorias e matérias-primas.
As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, em sistema de inventário permanente

3.1.6. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.
O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade.

3.1.7. Subsídios e Outros Apoios

Considerando que este tipo de apoios constitui uma parte significativa e por vezes determinantes desta instituição, os subsídios incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:

a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e que

b) Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afecta o método contabilístico a ser aplicado; por conseguinte um subsídio é contabilizado da mesma forma quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo.

Um empréstimo perdoável (incluindo os subsídios a fundo perdido) é tratado como um subsídio quando haja segurança razoável de que a entidade satisfará as condições de perdão do empréstimo

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios consideram-se como não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão, e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos. No caso de os subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis deverão passar a ter o tratamento referido acima para os subsídios não reembolsáveis.

Um subsídio pode tornar-se recebível por uma entidade como uma compensação por gastos ou perdas incorridas num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se torna recebível.

Os subsídios que são concebidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios.

3.1.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 25% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

3.1.9. Instrumentos Financeiros

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "*Clientes*" e as "*Outras contas a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.10. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, diuturnidades, Comissão de coordenação de recursos humanos, Isenção de horário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontra-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Outras Politicas Contabilísticas

Não existem outras políticas contabilísticas.

3.3. Principais Pressupostos relativos ao futuro

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01/01/2021	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00
Edifícios e outras construções	1 338 951,45	22 994,60	0,00	0,00	0,00	1 361 946,05
Equipamento básico	68 490,64	1 601,08	0,00	0,00	0,00	70 091,72
Equipamento de transporte	40 654,01	0,00	0,00	0,00	0,00	40 654,01
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento admnistrativo	4 513,90	0,00	0,00	0,00	0,00	4 513,90
Outros activos fixos tangíveis	3 297,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3 297,35
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	**1 495 907,35**	**24 595,68**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 520 503,03**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	(194 514,59)	0,00	0,00	(43 130,92)	0,00	(237 645,51)
Equipamento básico	(59 131,30)	0,00	0,00	(2 384,13)	0,00	(61 515,43)
Equipamento de transporte	(40 654,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(40 654,01)
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento admnistrativo	(3 461,02)	0,00	0,00	(526,44)	0,00	(3 987,46)
Outros activos fixos tangíveis	(3 177,61)	0,00	0,00	-29,93	0,00	(3 207,54)
Total (a)	**(300 938,53)**		**0,00**	**(46 071,42)**	**0,00**	**(347 009,95)**
TOTAL (a) + (b)				(46 071,42)		1 173 493,08

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01/01/2022	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00
Edifícios e outras construções	1 361 946,05	23 985,00	0,00	0,00	0,00	1 385 931,05
Equipamento básico	70 091,72	2 850,15	0,00	0,00	0,00	72 941,87
Equipamento de transporte	40 654,01	0,00	0,00	0,00	0,00	40 654,01
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento admnistrativo	4 513,90	2 060,25	0,00	0,00	0,00	6 574,15
Outros activos fixos tangíveis	3 297,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3 297,35
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (a)	**1 520 503,03**	**28 895,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1 549 398,43**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	(237 645,51)	0,00	0,00	(38 671,99)	0,00	(276 317,50)
Equipamento básico	(61 515,43)	0,00	0,00	(2 859,15)	(2 580,00)	(66 954,58)
Equipamento de transporte	(40 654,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(40 654,01)
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento admnistrativo	(3 987,46)	0,00	0,00	(869,82)	0,00	(4 857,28)
Outros activos fixos tangíveis	(3 207,54)	0,00	0,00	(29,93)	0,00	(3 237,47)
Total (a)	**(347 009,95)**	**0,00**	**0,00**	**(42 430,89)**	**-2 580,00**	**(392 020,84)**
TOTAL (a) + (b)				(42 430,89)		1 157 377,59

6. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2021	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
CUSTO						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 045,50
Programas de computador	1 045,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 283,91
Outros ativos intangíveis	1 283,91	0,00	0,00	0,00	0,00	**2 329,41**
Total (a)	**2 329,41**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	
Depreciações acumuladas						
Projetos de desenvolvimento	(1 045,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1 045,50)
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	(1 283,91)	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 283,91
Total (a)	**(2 329,41)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(2 329,41)**
TOTAL (a) + (b)				-		-

31 de dezembro de 2022

	Saldo em 01/01/2022	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
CUSTO						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	1 045,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 045,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	1 283,91	0,00	0,00	0,00	0,00	1 283,91
Total (a)	**2 328,91**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 328,91**
Depreciações acumuladas						
Projetos de desenvolvimento	(1 045,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1 045,50)
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	(1 283,91)	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 283,91
Total (a)	**(2 329,41)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(2 329,41)**
TOTAL (a) + (b)				-		-0,50

7. Investimentos Financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) visa garantir aos trabalhadores, cujo contrato de trabalho se inicie após 1 de outubro de 2013, o valor da compensação a que tenham direito por cessação do contrato de trabalho.

	Saldo em 01/01/2022	Aquisições/Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
41571 - Investimentos Financeiros - Fundos de Compensação FCT						
FCT - Quadro Pessoal	7 971,92	1 679,35	0,00	0,00	0,00	9 651,27
Total (a)	**7 971,92**	**1 679,35**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**9 651,27**
4158 - FRSS - Fundo de Reestruturação Social						
FRSS - Serviços Apoio Domiciliário	14,64	0,00	0,00	0,00	0,00	14,64
FRSS - LAR	138,47	0,00	0,00	0,00	0,00	138,47
Total (b)	**153,11**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**153,11**
TOTAL (a) + (b)						9 804,38

8. Locações

A instituição não tem locações.

9. Custos de Empréstimos Obtidos

A instituição não recorreu a empréstimos.

10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2022 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2022
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiários e de consumo	1 258,08	43 556,76	0,00	1 045,92	53 734,04	0,00	2 357,47
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 258,08	43 556,76	0,00	1 045,92	53 734,04	0,00	2 357,47
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Primas Consumidas				43 768,92			52 422,49
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

11. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Mensalidade e Comparticipações	**262 290,47**	**228 059,83**
Mensalidades ERPI - Compunente Utente	174 755,82	224 473,48
Mensalidades ERPI - Compunente Familiar	81 622,42	
Mensalidades Serviço de Apoio Emergente (refeições)	5 912,23	3 586,35
Quotizações e Joias	**408,00**	**624,00**
Quaotas Associados	408,00	624,00
Serviços Secundários	**9 347,25**	**6 063,60**
Venda de Fraldas	8 613,80	5 741,60
Serviços de Transporte	454,45	0,00
Serviços Estetica	279,00	72,00
Outras Receitas	0,00	250,00
TOTAL	272 045,72	234 747,43

12. Subsídios e Outros Apoios

A 31 de Dezembro de 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos na rubrica **751 "Subsídios Estado e O. Entes Públicos"**:

Descrição	2022	2021
7511 - ISS-IP, CENTRO DISTRITAL DE FARO	**171 175,31**	**142 854,86**
ISS-IP Acordo Cooperação ERPI	171 175,31	142 561,69
Adaptar Social +	0,00	129,32
Apoio à Familia - COVID	0,00	163,85
7512 - AUTARQUIAS	**34 670,00**	**57 533,47**
Câmara Municipal de Loulé	26 670,00	8 620,00
Câmara Municipal de Loulé - Subsídio COVID 19	0,00	39 913,47
Junta de freguesia do Ameixial	8 000,00	9 000,00
7513 - IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	**5 005,27**	**18 660,40**
IEFP - Contratos de Empregabilidade	5 005,27	18 660,40
7519 - IAPMEI	**0,00**	**338,00**
IAPMEI	0,00	338,00
753 - Doações e Heranças	**2 950,00**	**0,00**
Empresas	2 000,00	0,00
Particulares	950,00	0,00
Total	213 800,58	219 386,73

13. Instrumentos Financeiros

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 a rubrica 2117 - "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Utentes		
ERPI	18 999,72	20 169,23
Total	18 999,72	20 169,23

13.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" tinha, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
2417 - IRS a Recuperar	4,73	0,00	4,73	3,16	0,00	3,16
TOTAL	4,73	0,00	4,73	3,16	0,00	3,16

13.3. Outras Contas a Receber

A rubrica "*Outras contas a receber*" tinha, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Contas SNC	Descrição	2022		
		Corrente	Não Corrente	Total
221	Fornecedores - Créditos a descontar	515,00	0,00	515,00
271201	José Manuel Brito (aguarda nota de credito)	5 879,00	0,00	5 879,00
271202	Albuhome, unipessoal, Lda	5 000,00	0,00	5 000,00
2781	Outros devedores/credores	560,56	0,00	560,56
Total		11 954,56	0,00	11 954,56

13.4. Diferimentos

Descrição	2022	2021
28.1. Gastos a Reconhecer		
Seguro Multirriscos Habitação	189,36	0,00
Total	189,36	0,00

13.5. Outros Ativos Financeiros

A instituição não detém ativos financeiros.

13.6. Caixa e Depósitos Bancários

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2022, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2021
Caixa	**3 168,92**	**116,62**
Depósitos à Ordem	**13 284,21**	**17 974,32**
Caixa de Crédito Agricola - GERAL	8 339,24	7 639,40
Caixa de Crédito Agricola - ERPI	4 944,97	10 334,92
Outros Depósitos Bancários	**76 396,14**	**76 307,14**
Depósitos a Prazo - Caixa de Crédito Agricola	75 000,00	75 000,00
Depósitos a Prazo - Caixa de Crédito Agricola Poupança	623,69	534,69
Depósitos a Prazo - Caixa de Crédito Agricola 44313854803	772,45	772,45
Total	92 849,27	94 398,08

13.7. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/20202
51 - Fundos	**153,65**	**0,00**	**0,00**	**153,65**
Excedentes Técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
56 - Resultados Transitados	**181 655,50**	**0,00**	**20 087,64**	**161 567,86**
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
59 - Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	**1 093 922,32**	**23 443,80**	**37 717,14**	**1 082 316,32**
59311 - Subsídios - POPH - LAR	612 202,39	0,00	14 333,55	597 868,84
59312 - Subsídios - CML - LAR	261 094,82	0,00	6 135,43	254 959,39
59313 - Subsídios - J F Ameixial - LAR	126 564,25	0,00	3 073,60	123 490,65
5934 - Subsídios - Reaqualificação	26 358,41	0,00	2 964,86	23 393,55
5935 - Subsídios - Casas Móveis	43 200,00	0,00	2 400,00	40 800,00
5936 - Subsídios - Requalificação	9 640,54	0,00	1 928,54	7 712,00
5937 - Subsídios - Painéis Solares	14 861,91	0,00	2 973,09	11 888,82
5938 - Subsídios - Requalificação Interior Lar		13 284,00	2 214,44	11 069,56
5939100 - Subsídios - Pavimentação		10 159,80	1 693,63	8 466,17
5939101 - Subsídios - Equipamento Informático		1 613,76	269,01	1 344,75
5939102 - Subsídios - Equipamentos Utentes		1 587,14	264,55	1 322,59
Total Fundos Patrimoniais	1 275 731,47	23 443,80	37 717,14	1 244 037,83

13.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Conta	Designação	Saldo
22111005	Martinho Teixeira Lourenço	-1,234.10
22111013	Farmácia Martins	-261.87
22111016	Bafrutal, Lda.	-2,610.53
22111018	Schindler	-464.58
22111019	Frimarc	-825.37
22111020	Algardata, SA	-364.08
22111024	Saúde da Serra Ao Mar, Unip Lda.	-677.00
22111031	Ambimed	-136.25
22111034	Costa & Cruz, Lda.	-91.12
22111037	Qualisecur, Lda.	-86.10
22111040	Aviludo	-698.24
22111055	Edp Comercial - Comercialização d	-5,182.21
22111057	Pinto & Cruz - Instalações e Manu	-845.64
22111068	Algarprinte - Comercio de Equipamen	-258.30
22111094	Procontrol, Lda.	-787.20
22111175177759	Maria Irene do Rosario Fernandes	-152.81
22111206671164	Margarida Cristina Mestre Coelho	-1,600.00
22111230957218	Luis Miguel Costa Rodrigues	-781.05
22111505865874	Jose Rosa & Filhos Lda	-1,300.00
22111802	B - Ana Catarina Gomes S Brandão	225.00
22111807	B - Filomena Maria Alho Caetano	290.00
22111980135435	Ecolab Hispano Portuguesa, S.L. - S	-153.35
22111996	PT Comunicações	-407.32
22111998	C. M. LOULÉ	-117.42
22111999	Loulegest Lda	-390.00

13.9. Estado e outros entes públicos

A rubrica "*Estado e outros entes públicos*" tinha, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Passivo		
Retenções Sobre Trabalho Dependente (IRS)	1 406,00	915,00
Retenções sobre Trabalho Independente	525,00	150,00
Segurança Social	6 746,89	4 749,30
Total	8 677,89	5 814,30

13.10. Diferimentos Passivos

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica "*Diferimentos*" engloba os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
28.2. Rendimentos a Reconhecer		
IGFSS - Acordo Cooperação ERPI	1 322,47	0,00
Total	1 322,47	0,00

13.11. Outras contas a pagar

A rubrica "*Outras contas a pagar*" tinha, em 31 de dezembro de 2022, a seguinte decomposição:

Contas SNC	Descrição	2022		
		Corrente	Não Corrente	Total
2711019	José Manuel Brito Mestre Sociedade	13 284,00	0,00	13 284,00
2781013	Clientes - Créditos a descontar	757,06	0,00	757,06
27818	Outros devedores e credores	20 344,10	0,00	20 344,10
2312	Remunerações a pagar ao pessoal	837,44		837,44
Total		**35 222,60**	**0,00**	**35 222,60**

13.12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios Estado e O. Entes Públicos	**210 850,58**	**219 386,73**
Subsídios do Governo (ISS)	**210 850,58**	**219 386,73**
Doações	**2 950,00**	**0,00**
Donativos Empresas	2 000,00	0,00
Donativos Particulares	950,00	0,00
Total Subsídios à Exploração (a+b+c)	**213 800,58**	**219 386,73**

Os "Subsídios e Apoios do Governo", "Subsídios de Outras Entidades" e "Doações", estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

13.13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	**0,00**	**10 600,00**
Serviços Especializados	**44 781,13**	**37 034,85**
Materiais	**21 453,27**	**17 096,79**
Energia e Fluidos	**29 866,04**	**16 917,80**
Deslocações, Estadas e Transportes	**0,00**	**45,00**
Serviços Diversos*	**16 414,53**	**24 203,46**
Comunicação	3 532,94	4 425,96
Seguros	1 121,06	3 561,42
Contencioso e Notariado	14,00	0,00
Despesas de Representação	120,70	214,50
Limpeza, Higiene e Conforto	10 614,06	14 519,28
Outros Serviços	1 011,77	1 482,30
Total	**112 514,97**	**105 897,90**

13.14. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "*Outros rendimentos e ganhos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
782 - Descontos de pronto Pagamento Obtidos	**0,00**	**0,00**
785 - Rend. Ganhos em Subs.Assoc.Emp.Conj	**0,00**	**0,00**
7878 - Oureos Rendimentos e Ganhos	**4,79**	**0,00**
788 - Outros rendiemtos e Ganhos	**40 768,20**	**42 356,42**
78811 - Correcções Realativas a Periodos anteriores*	1 272,00	0,00
7883 - Imputação de Subsídios para o Investimento	38 250,70	42 356,42
7886 - Indmnizações	1 245,50	0,00
7911 - Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	**18,92**	**12,85**
Total	40 791,91	42 369,27

*78811 - Correcção exercicios anteriores Descrição	2022
Correcção imobilizado	1 272,00
Total	1 272,00

13.15. Outros gastos e perdas

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
681 - Impostos	**29,86**	**29,86**
6813 - Taxas	29,86	29,86
682 - Descontos Pronto Pagamento Concedidos	**0,00**	**0,00**
687 - Outros Gastos e Perdas	**0,00**	**0,00**
688 - Outros	**19 171,08**	**27 017,47**
6881 - Correções Relativas a Periodos Anteriores*	17 325,47	0,00
6883 - Quotizações	593,72	0,00
6887 - Multas e Pen. Não Aceites**	1 251,89	0,00
6888 - Programa COVID 19	0,00	27 017,47
Total	**19 200,94**	**27 047,33**

6881 - Correcções Relativas a Periodos Anteriores *	
Descrição	2022
Correcção imobilizado - ficha 51	2 580,00
Regularização Saldos Vencidos - Utentes	3 398,02
Devolução Programa MAREES - IEFP	11 309,45
Devolução Programa ADAPTAR +	38,00
Total	17 325,47

6887 - Multas e Penalidade **	
Descrição	2022
Coima Segurança Social	1 250,00
Coima IRS	1,89
Total	1 251,89

13.16. Resultados Financeiros

No período de 2022 não foram reconhecidos gastos e rendimentos relacionados com juros e similares.

14. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Instituição não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 20 colaboradores.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
63201 - TCO - IPSS 22,3%	**237 229,14**	**222 567,90**
Remunerações Certas	166 157,87	158 073,96
Subsídio de Férias	17 995,22	16 356,03
Subsídio de Natal	14 089,22	12 919,02
Diuturnidades	3 042,61	2 700,56
Horas Extraordinárias /Folgas/Feriados/Comissões	2 305,96	1 489,40
Isenção de Horários	2 203,00	2 882,66
Subsídio de Turno	19 684,46	14 847,97
Trabalho Noturno	8 330,83	6 818,04
Indemnização	0,00	5 215,33
Prémio de Produtividade	669,58	430,57
Retroativos	155,63	0,00
Férias não Gozadas	2 594,76	834,36
6322 - Isentas de Encargos p/ Entidade Patronal	**21 597,31**	**21 227,89**
Abono para Falhas	931,87	1 292,43
Subsídio de Alimentação	20 665,44	19 935,46
635 - Encargos sobre Remunerações	**52 856,68**	**45 647,18**
TCO-IPSS 22,3%	52 720,03	45 520,83
Fundos de Compensação - FGCT	136,65	126,35
636 - Seguros de acidente de Trabalgo e Doença	**2 693,19**	**2 508,30**
638 - Outros Gastos com o Pessoal	**840,85**	**1 854,23**
Total	**315 217,17**	**293 805,50**

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Contabilista Certificado, para 2022 foram de 4.680,00.

Ameixial, março de 2023

O Contabilista Certificado

O Conselho Administrativo/Administração/....

Casa do Povo de Ameixial
Ameixial 8100 - 050 Ameixial
NIF: 500 954 810

CASA DO POVO DE AMEIXIAL

Ata Número Cento e Seis

Aos dezasseis dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Casa do Povo de Ameixial, no Salão da Junta de Freguesia de Ameixial, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

- Ponto Um: Apreciação e votação do relatório de contas referente ao exercício do ano de 2022.

- **Ponto Dois**: Assuntos diversos. ----------

Uma vez que à hora marcada não estava presente o número legal de sócios, a Assembleia reuniu de acordo com as normas estatutárias, uma hora mais tarde. ----------

Abrindo a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. João Fernandes, cumprimentou os presentes e introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos, passando de imediato a palavra à Direção.----------

O Presidente da Direção, Sr. Hugo Miguel Coelho, cumprimentou e agradeceu aos sócios pela sua presença. Continuando fez uma explicação do Relatório de Contas referente ao ano de dois mil e vinte e um. Não tendo sido colocada qualquer questão, o Sr. Presidente da Assembleia, leu o parecer do Concelho Fiscal referente ao Relatório de Contas e colocou á votação o ponto número um, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

Prosseguindo a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia introduziu o ponto número dois e passou a palavra a direção para que esta explicasse os outros assuntos de interesse da Instituição. ----------

Usando da palavra o Sr Presidente da Direção solicitou à Assembleia, autorização para isentar o pagamento da joia de inscrição de novo sócio prevista nos estatutos da Casa do Povo de Ameixial na semana de 24 a 30 de abril de 2023, como forma de incentivo à angariação de novos sócios, à semelhança do autorizado na Assembleia de 26 de março de 2022, uma vez que na semana de 9 a 13 de maio de 2022 não houve qualquer inscrição. ----------

O Presidente da Assembleia colocou a proposta da Direção a votação, que após mais alguns esclarecimentos e trocadas algumas observações com os Sócios presentes, a mesma foi aprovada por unanimidade. ----------

Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que vai ser aprovada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Geral. ----------

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente: João Miguel Fernandes Martins Fernandes

O 1º Secretário: Paulo Manuel Cavaco Nogueira

O 2º Secretário: Cristiana Inês Matos

PARECER DO CONCELHO FISCAL REFERENTE AO RELATÓRIO DE CONTAS DO ANO 2022

O Concelho Fiscal, nos termos das competências que lhe assiste, verificou a documentação julgada necessária respeitante às demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2022.

Da análise exercida, compete-nos dar o parecer FAVORÁVEL sobre o Relatório de Contas / Demonstrações Financeiras da Direção, que resume a gestão séria e honesta, e cumpre-nos propor à Assembleia Geral a sua aprovação.

Ameixial, 5 de abril de 2023

O Conselho Fiscal da Casa do Povo de Ameixial

O Presidente

Os Vogais

CASA DO POVO DE AMEIXIAL

Ata Número dezassete

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três reuniram todos os membros do Conselho Fiscal da Casa do Povo de Ameixial, no Edifício Sede da Casa do Povo de Ameixial, e decidiram por unanimidade emitir parecer favorável: ---------- - Ao Relatório de contas / Demostrações Financeiras referentes ao ano de 2022; ------ Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que por estar conforme, será assinada por todos os membros do Conselho Fiscal da Casa do Povo de Ameixial. ----------
O Concelho Fiscal da Casa do Povo de Ameixial
O Presidente:
O Vogal:
O Vogal: